

# Por um Nordeste ressignificado

## *For a redefined Northeast*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v10i20.51540>

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. *Sete pontes para a (des) invenção do Nordeste: ensaios de História Cultural*. Rio de Janeiro: Telha, 2023. 182 p.

**Flávia de Sá Pedreira**

Doutora em História Social pela Unicamp  
professora aposentada da UFRN

[orcid.org/0000-0002-6135-4537](https://orcid.org/0000-0002-6135-4537)  
[flasaped@gmail.com](mailto:flasaped@gmail.com)

### Como citar:

PEDREIRA, Flávia de Sá. Por um Nordeste ressignificado. *História, histórias*, Brasília, v. 10, n. 20, jul./dez. 2022.

No livro *Sete pontes para a (des)invenção do Nordeste: ensaios de História Cultural*, do historiador Antônio Fernando de Araújo Sá, são abordados aspectos primordiais para a compreensão da complexidade de uma suposta identidade nordestina, sinalizando à ressignificação de antigos estereótipos, usualmente aceitos e naturalizados, sobre a região e sua população.

Como nota introdutória intitulada *Preparando o Matulão*, Fernando Sá expõe alguns momentos de sua trajetória pessoal e profissional, que o teriam levado a “pensar os sertões, nos quadros da crise da cultura contemporânea”, estabelecendo um diálogo entre a temática regional/local com os “Estudos Culturais britânicos, o pós-estruturalismo, a crítica pós-colonial e os estudos subalternos” (p.30). Nesse sentido, ao longo dos sete ensaios/capítulos, alguns dos quais já foram publicados em revistas acadêmicas, o autor propõe-se a não perder de vista o fato de que a produção simbólica e/ou as representações culturais estão intrinsecamente relacionadas às diferenciações e tensões sociais.

Especialmente no primeiro capítulo, *História e Estudos Culturais: diálogos a partir das margens*, afloram alguns debates teóricos interdisciplinares realizados com os participantes do Grupo de Pesquisa *História Popular do Nordeste* (UFS/CNPq), sob sua coordenação. Na sequência, no capítulo ‘*Desinvenção do Nordeste: disputas culturais e identitárias no contexto da desterritorialização contemporânea*, problematiza algumas reflexões propostas na tese do historiador Durval Albuquerque Júnior: *A invenção do Nordeste e outras artes* (1999), destacando-se a configuração do Nordeste como “espaço da saudade dos tempos de glória, saudades do tempo do engenho, da sinhá, do sinhô, da Nega Fulô, do sertão e do sertanejo puro e natural, força telúrica da região” – um discurso das elites locais desejosas de romper com a dualidade Norte-Sul, clamando por mais verbas do governo federal para a região da seca, do cangaço, do messianismo e das lutas políticas entre famílias sertanejas. Discurso este que foi sendo divulgado por obras literárias e artísticas, desde a primeira metade do século XX, mas que vem sendo refutado a partir da “recente mundialização da cultura [que] impôs certa desestabilização dessas ideias de essência, de autenticidade e especificidade, com processos híbridos que tensionam as relações hierárquicas entre alta e baixa culturas, entre popular e erudito, entre moderno e contemporâneo, entre arte e artefato, trazendo riquezas culturais esquecidas ou apagadas” (p. 53). Fechando o capítulo, Fernando Sá apresenta alguns exemplos de como a “produção cultural contemporânea tem questionado a ideia de um espaço-tempo marcado pelo isolamento e esvaziamento ontológico do outro, valorizando a pluralidade

cultural e complexidade híbrida da identidade regional nordestina” (p. 60). Sua argumentação prossegue no capítulo seguinte, *Beirão Neves e as sonoridades do sertão urbano*, onde o leitor é levado a (re)conhecer “o hibridismo do forró [em que] o músico mescla localismos dos ritmos e timbres com o acervo de sons disponibilizados pela Internet” (p. 72).

Note-se que Néstor García Canclini, em sua tese seminal *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*, já apontava para essa recusa aos estereótipos essencialistas, uma vez que “a expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridação cultural”, fazendo desmoronar os pares de oposição convencionais: “subalterno X hegemônico, tradicional X moderno, local X global”; comprovando com exemplos latino-americanos que as culturas já não se agrupam em grupos fixos e estáveis, cabendo à mídia simular uma integração do imaginário urbano desagregado. O antropólogo indica, ainda, que a “apropriação múltipla de patrimônios culturais abre possibilidades originais de experimentação e comunicação, com usos democratizadores, como se observa na utilização do vídeo feito por alguns movimentos populares” (CANCLINI, 1998; p. 285 e seguintes).

Fernando Sá debruça-se sobre o universo do *cangaço e a literatura popular em versos: a tradição na pós-modernidade*, seu quarto ensaio/capítulo, sempre dialogando com os estudos culturais, que embasam sua argumentação. Aqui, o autor acompanha o surgimento e as transformações dos folhetos de literatura popular no Brasil, desde o final do século XIX, quando se deu a “fixação e preservação das narrativas orais oriundas do período colonial, tornando-se um meio de lazer e literatura dos pobres nas populações rurais e urbanas das cidades nordestinas” (p. 80). O tema do cangaço foi de grande relevância no imaginário popular, sendo difundido a outros estados da federação, a partir dos anos 1940, com a migração de nordestinos para os grandes centros urbanos do Centro-Sudeste-Sul do país. “As marcas da tradição oral e da literatura de cordel garantiram a permanência do cangaço na memória social nordestina, com predominância para a figura de Lampião” (Virgulino Ferreira da Silva, 1898-1938), tratado tanto como herói quanto bandido sanguinário, havendo a seu respeito “um movimento pendular de ambiguidade, nas narrativas literárias” (p. 84).

O processo de expansão da literatura de cordel em termos empresariais (pelas editoras Prelúdio e Luzeiro, ambas de São Paulo, seguidas pela Tipografia e Livraria Bahiana, de Salvador), a partir dos anos 1960, recebeu críticas de alguns pesquisadores e jornalistas, que apontaram sua uniformização como uma “violenta descaracterização dos folhetos”, uma vez que passavam a asse-

melhar-se aos produtos do consumo de massa, como as HQs. Chegou a haver uma proposta de cordel em quadrinhos, que, no entanto, não teve êxito: “a tentativa de quadrinização da literatura de cordel não passou de sofisticada ilustração, limitando a dinamicidade dos quadrinhos com a manutenção de páginas inteiras de poemas sobre o cangaço” (p. 88). No final dos anos 1990 e início de 2000, com o advento da Internet, essa aproximação dos cordéis à cultura de massa se intensificou, “às vezes se aproximando das ficções científicas”; e foi com essa modernização que a temática da entrada da mulher no cangaço passou a ser versejada, “proporcionando uma visão amainada do cangaceiro (...) como ser demasiado humano” (p. 94).

No entanto, esse importante acontecimento – a entrada das mulheres no cangaço – foi apenas tangenciado pelo autor, que poderia deter-se com mais atenção ao mesmo, elencando publicações que enriquecem o debate historiográfico. Vale salientar que as memórias da cangaceira Sila (Ilda Ribeiro de Souza, 1925-2005), mulher de Zé Sereno (José Ribeiro Filho, 1913-1981), do bando de Lampião, foram publicadas em livro, trazendo à tona o cotidiano árduo das mulheres no cangaço, vivendo no mato, fugindo das polícias volantes, pegando em armas para se defender, deixando seus filhos com parentes em localidades distantes, para que não fossem assassinados, sendo companheiras leais e muito dedicadas, o que de certa forma serviu para a moralização dos costumes dos cangaceiros, por exemplo, os estupros não mais existiram, após a entrada das mulheres nos bandos. Enfim, uma série de dificuldades relatadas por ela em livro (SOUZA, 1995) e nas suas inesquecíveis palestras.

Da mesma forma, a historiadora Miridan Knox Falci aborda, em seu “Mulheres no sertão nordestino”, as diferenças de gênero, raça e classe da sociedade patriarcal rigidamente hierarquizada, na virada dos séculos XIX-XX: “em primeiro lugar e acima de tudo o homem, o fazendeiro, o político local ou provincial, o ‘culto’ pelo grau de doutor (...) ou mesmo o vaqueiro. O pior de tudo era ser escravo e negro. Entre as mulheres, a senhora, dama, dona fulana, ou apenas dona, eram categorias primeiras; em seguida, ser ‘pipira’ ou ‘cunhã’ ou roceira e, finalmente, apenas escrava e negra. O princípio da cor poderia confirmá-lo ou era abafado, o princípio da cultura o preservava. Ser filha de fazendeiro, bem alva, ser herdeira de escravos, gado e terras era o ideal de mulher naquele sertão” (FALCI, 2017; p. 242).

No capítulo *Zé de Julião nas veredas da História: memória, cinema e cangaço*, o autor se propõe a “estabelecer releituras históricas sobre o tema [cangaço], discutindo as ressignificações dessa vivência no campo mnemônico e as formas de representação cinematográfica do cangaço na história do Brasil” (p.

97). Os filmes analisados são os do cineasta Hermano Penna sobre a vida de José Francisco do Nascimento, o Zé de Julião (1918-1961), cujo nome de batismo no cangaço era Cajazeira, em que se registram as transformações vivenciadas pelo protagonista, passando de ex-cangaceiro a candidato à prefeitura de Poço Redondo (SE), entre outras histórias.

Antes de adentrar no universo de Zé de Julião, o autor traça um panorama da associação entre cinema e cangaço: “Essa filmografia do cangaço está inserida num sistema literário, iconográfico e sonoro em que o sertão se constitui como um *topos* do imaginário social no Brasil, tanto pela dramaticidade das relações com a natureza quanto pela carga dramática dos episódios históricos ali ocorridos”; os primeiros filmes sobre a temática datam de 1925, mas foi *Lampião, o rei do cangaço* (1936), de Benjamin Abrahão, que “transformou-se em documento/representação mais utilizado/a pelas produções iconográficas posteriores sobre o cangaço” (p. 100). A grande quantidade de filmes sobre o cangaço - mais de sessenta, segundo afirmou uma de suas fontes, em 2005 - serve para reiterar sua importância no imaginário brasileiro.

Quanto à filmografia sobre a trajetória de vida de Zé de Julião/Cajazeira, o autor recorreu a depoimentos de pessoas idosas da cidade de Poço Redondo (SE), algumas transcritas em livros, como o de Alcino Alves Costa, citado pelo autor, no intuito de percorrer “os rastros da memória de um personagem intrigante na história do cangaço”; tendo analisado os filmes-documentários do cineasta cearense Hermano Penna: *Aos ventos que virão* (2014) e *Zé de Julião: Muito além do cangaço* (2016) – filmes considerados pelo diretor como “sintetizadores dos dois grandes símbolos que animam a alma brasileira, o cangaço e Brasília. O cangaço, símbolo maior da insubmissão à opressão, e Brasília, esse marco da grande utopia de uma nação democrática, justa para todos, e pela qual penosamente continuamos a lutar” (p. 105).

A motivação de Zé de Julião para entrar no bando de Lampião teria sido para conseguir o “cangaço-refúgio, isto é, como última instância para homens perseguidos (...) [fugindo] “das extorsões das tropas volantes contra a família de Julião do Nascimento, que era conhecido coiteiro de Lampião, Corisco, Zé Baiano e Zé Sereno, na região” (p.109). Fernando Sá comenta sobre as cenas finais do filme, onde “estão representadas as transformações sociais e políticas do sertão brasileiro, fugindo das imagens clichê do caráter inóspito e seco da paisagem sertaneja (...) traz um sertão urbano, marcado pela presença das motocicletas (...) evidenciando a convivência entre o arcaico e o moderno”; concluindo que “o cineasta traz um olhar esperançoso de que novos tempos virão e que ‘ainda seremos o que sonhamos’, desde que superemos a profunda

indiferença das elites em relação às populações pobres e marginalizadas do país e avancemos na consolidação da democracia entre nós” (p.114).

Nos dois ensaios/capítulos finais, Fernando Sá problematiza a relação entre memória, patrimônio cultural e turismo, a partir dos processos de tombamento de bens culturais, como a pintura mural na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, em Porto da Folha (SE), e das estações da Estrada de Ferro Paulo Afonso (EFPA), que fazia a ligação entre os municípios de Piranhas (AL), e Jatobá/Petrolândia (PE).

A pintura mural em questão, feita em 1970 pelo Frei Juvenal Bonfim, ligado aos princípios da Teologia da Libertação, representava, segundo afirmou o próprio frade-artista, o “Cristo sertanejo, moreno, repartindo o pão, aves e flores, que lembram a confiança no Pai. Mais ainda: toda a vida do lugar: feira, vaqueiros, agricultores, bordadeiras, professora e o rio São Francisco” (p. 121). A polêmica em torno de sua retirada da igreja, décadas depois (em 2018) – por ter sido considerado um painel “ofensivo ao sentimento religioso (...) uma violência ao conjunto arquitetônico” –, levaria o caso à delegacia de polícia (quando foi parcialmente destruída com solvente e raspada com uma espátula), sendo, por fim, autorizada a sua completa destruição por operários contratados pelas autoridades eclesiásticas locais, apesar dos apelos de parte da comunidade por seu tombamento como bem cultural.

Quanto ao último ensaio/capítulo, o autor traça o histórico da Estação Ferroviária Paulo Afonso (EFPA), desde sua criação por decreto do Governo Imperial (Decreto nº 6.918, de 1º de junho de 1878) e concluída em 1883, passando por sua desativação em 1964, até o momento em que suas estações (desativadas), foram transformadas em museus: Museu do Sertão Marília Rodrigues e Museu Regional Delmiro Gouveia, em prol do desenvolvimento turístico da região, especialmente em relação à “Rota do cangaço”: “Em Piranhas, tensões foram observadas nas batalhas das memórias do cangaço, quando a figura de Lampião se torna referência cultural, nos passeios turísticos até a Grota do Angico (SE), na dança, na culinária, nos nomes de restaurantes e pousadas. Talvez o que mais chame a atenção é a concentração econômica na exploração turística, que tem excluído socialmente a maior parte da população, através de uma proposta de consumo de massa, sem o devido cuidado com a sustentabilidade econômica” (p.156).

Discutindo os “usos e apropriações de lugares de memória ferroviária”, o autor questiona a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pois “essa política de preservação da memória ferroviária

prescindiu do reconhecimento de memórias sociais específicas de cada localidade” - deixando de fora, por exemplo, a importante participação da mão de obra dos retirantes das secas na construção das ferrovias, ou “esquecendo” de tombá-la a Vila Operária da Pedra e a usina de Angiquinho, que compõem “uma narrativa industrial e biográfica representativa do sertão alagoano” (p.154).

Como se pode ver, o livro de Antônio Fernando de Araújo Sá traz uma contribuição relevante à revisão historiográfica sobre o Nordeste brasileiro, por meio da utilização de uma grande diversidade de fontes, que possibilitam refletir sobre conceitos como identidade, memória, esquecimento, desterritorialização, ressignificação e imaginários sociais, apresentando ao leitor seus inquietantes resultados de pesquisas. Há quem diga que se debruçar sobre temas como o cangaço e Canudos “já era”, não tem mais lugar de relevância na discussão historiográfica atual, mas o autor nos mostra o contrário, a partir das sete pontes que desvendam facetas diferenciadas de uma região que vive entre o arcaico e o pós-moderno.

## Referências

- CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1998.
- FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PINSKY, Carla B. e PRIORE, Mary Del (Org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017.
- SOUZA, Ilda Ribeiro de. Sila: Memórias de Guerra e Paz. Recife: Imprensa Universitária da UFRPE, 1995.

Recebido em 23 de novembro de 2023  
Aprovado em 06 de fevereiro de 2024

FLÁVIA DE SÁ PEDREIRA